

11 NOV 1996

9661 AON 11

A saúde não está enferma

JUAREZ MORAES AVELAR

JORNAL DE BRASÍLIA

1º secretário da Associação Médica Brasileira e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica

Há orquestrada divulgação envolvendo médicos, desde acusação de assédio sexual, estupro e corrupção até cobrança "por fora" de atendimento pelo SUS - Sistema Único de Saúde. Obviamente, esses fatos repercutem de imediato.

É preciso dissociar notícia escandalosa de fatos verdadeiros. Quando não comprovada a acusação, difilmente a verdade apaga a repercussão. Os problemas de conduta ética e honestidade devem ser apurados, os culpados responsabilizados e, se necessário, punidos.

A quem interessa desmoralizar a classe médica? Certamente não à população, que necessita de tratamento médico. Agredir visceralmente toda a categoria significa colocar os pacientes em situação de insegurança diante dos profissionais. E isso é injusto, porque a medicina brasileira pode ser equiarrada à dos países de maior progresso

técnico e científico do mundo.

Preocupa que interesses mercantilistas alimentem um quadro deplorável, no qual a classe médica está no centro das acusações. Corre-se o risco da medicina brasileira sofrer os mesmos entraves da americana. Nos Estados Unidos, já existe o clima de que o paciente hoje pode ser um adversário



ou inimigo do médico amanhã. Um fator responsável por essa situação é o seguro médico, que não oferece segurança aos médicos nem à população. Talvez seja isso que se pre-

tenda implantar no Brasil.

O desmando na área da saúde tem suas raízes na própria estrutura complexa e incontrolável pelo poder central. Como mais de 5000 hospitais em todo o país podem ser adequadamente coordenados por um Ministério em Brasília? O problema é difícil e crônico. A solução, eminentemente política.

Uma proposta é reduzir a máquina administrativa federal com as seguintes providências: a) transferir aos municípios a responsabilidade direta pela assistência média primária à população menos favorecida; b) aos estados, assistência médica secundária e terciária; c) ao governo federal, as atribuições nacionais, como campanhas de vacinação, gerenciamento da medicina preventiva e toda gama de gestões em âmbito nacional. O governo federal não deve desenvolver ativida-

des na assistência médica.

Há superposição de atribuições de diversos segmentos governamentais. Tanto o federal, quanto o estadual, municipal, privado-conveniado e os hospitais universitários prestam assistência médica semelhante. Conclusão: nenhum pode assumir ou responder pelos defeitos.

É inadmissível que um médico receba R\$ 2,00 por uma consulta de paciente do SUS, R\$ 58,00 por um parto e que um hospital conveniado receba R\$ 3,24 por diária de um paciente internado. A população brasileira necessita saber desses números para aquilatar o desmando no setor da

assistência médica pública.

Cabe aqui uma indagação: não há forças em destruir o sistema público para privatizar a saúde? A população bem informada e instruída poderá julgar os fatos e não ser massa de manobra.

Como é que mais de 5 mil hospitais em todo o País podem ser adequadamente coordenados por um ministério em Brasília?